



**ACÓRDÃO Nº1026/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11234/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Responsáveis:** Ronildo da Costa Pereira, Ordenador de Despesa
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5907/2016-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Indireta dos Municípios do Interior. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Ronildo da Costa Pereira, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE (Regimento Interno TCE/AM);
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Ronildo da Costa Pereira, no valor de R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com base no art. 54, II e III, da Lei Orgânica TCE/AM c/c o art. 308, V e VI, do Regimento Interno TCE/AM, relativa às restrições remanescentes. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Considerar em Alcance** o Sr. Ronildo da Costa Pereira, no valor de R\$ 234.337,17 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), que deve ser recolhido na esfera municipal para



**ACÓRDÃO Nº1026/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE, em função das glosas especificadas pela DICAMI e *Parquet*. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

**9.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;

**9.5. Recomendar** ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - Saae:

9.5.1. Que atualize e providencie melhorias no detalhamento das informações, com fins de atender as expectativas de controle social pela população na forma que determina o art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC nº 101/2001;

9.5.2. Que tome as medidas cabíveis para obter os referidos débitos gerais simplificados do sistema de faturamento e cobrança e que a próxima Comissão de Inspeção averigue se, de fato, foi sanado o questionamento. Caso não tenha sido regularizado, que sejam responsabilizados os devedores inscritos na Dívida Ativa, nos termos do § 1º do art. 22, da Lei Orgânica c/c a alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno;

9.5.3. Que cumpra com mais rigor o art. 26, parágrafo único, III, da Lei Federal 8.666/1993 - Lei de Licitações.

**10- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de Dezembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1026/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral